

A gênese da política de ação afirmativa da PUC-Rio. Uma parceria entre Universidade e Movimento Social

Andreia Clapp Salvador*

Resumo

O presente artigo pretende mostrar parte da história da gênese do programa de ação social desenvolvida na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), que vem desenvolvendo, desde 1994, uma política afirmativa, dirigida às camadas populares, prioritariamente estudantes oriundos do Pré-Vestibular para Negros e Carentes. Esta é uma política que se originou da luta de ativistas de movimentos sociais e de alguns sujeitos da própria instituição de educação, uma mescla de intenções e articulações. O texto apontará alguns dos protagonistas responsáveis pela implementação e gestão da ação afirmativa desenvolvida na PUC-Rio e, a partir de suas narrativas, será mostrado como se deu a formação da política e os motivos que os levaram a participar de sua constituição.

Palavras-chave: Política de ação afirmativa, Educação Superior e Pré-Vestibular para Negros e Carentes.

Abstract

The Genesis of the Affirmative Action Policy in the Catholic University of Rio de Janeiro - A Partnership Between the University and Social Movement

This article intends to show the genesis history of the social action program developed in the Catholic University of Rio de Janeiro (PUC-Rio), which has been developing,

* Andréia Clapp Salvador é Assistente Social e doutora e em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. É coordenadora do curso de graduação do Departamento de Serviço Social da PUC – Rio onde atua como professora e pesquisadora também no programa de pós-graduação. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase nos seguintes temas: ensino superior, política afirmativa, direitos coletivos e desigualdade social.

from 1994, an affirmative action policy, attending lower class students, primarily the ones coming from *Pré-Vestibular para Negros e Carentes* (Pre-testing course for Black and Poor Students). This policy originated from the fight of social movement's activists and of a few actors of the education institution itself, a mixture of intentions and articulations. The text will name some of the main characters responsible for the implementation and direction of the affirmative action developed by PUC – Rio and, from their narratives, will be shown how the creation of this policy occurred and the motives that caused them to participate in its constitution.

Key words: Affirmative action policy, Higher education.

A PUC-Rio vem implementando uma política de ação afirmativa desde 1994, com o objetivo de favorecer o acesso de camadas populares aos cursos de graduação, prioritariamente estudantes afrodescendentes e economicamente desfavorecidos. O Programa nasceu de um convênio estabelecido entre a PUC e o Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), um movimento social de educação popular voltado para a inserção de estudantes afrodescendentes e de grupos populares nas universidades. O aluno do PVNC, quando aprovado no vestibular da PUC-Rio, recebia uma bolsa de estudo chamada bolsa de ação social, o que o possibilita cursar a Universidade com uma bolsa de estudos integral. A bolsa de ação social surgiu com a finalidade de atender, especificamente, aos alunos do PVNC, embora abrangesse, mesmo que em menor escala, outras organizações sociais.

A PUC-Rio passou, assim, a receber alunos moradores das periferias do município do Rio de Janeiro ou de outros municípios, moradores de favela, lideranças políticas, representantes de associações de moradores, e ativistas de movimentos populares, a maioria alunos do PVNC – uma nova conjuntura que alterou o perfil dos estudantes universitários e a dinâmica institucional.

A nova parceria que se estabeleceu entre a PUC-Rio e PVNC demarcou, então, o início do processo de materialização dessa proposta afirmativa na PUC-Rio. Isto não significa que a ideia nasceu na ou da Universidade. Ela foi uma resposta aos anseios dos movimentos sociais populares – sobretudo daqueles mais conhecidos como os “novos movimentos sociais” –, mais especialmente aqueles vinculados à Igreja Católica, que pôde se materializar no espaço acadêmico.

Na maioria das vezes, uma nova política se forma a partir da atuação de diversos atores e instituições. No caso da PUC-Rio não foi diferente: ela nasceu a partir da atuação de diversas organizações da sociedade civil, e também de professores universitários e de militantes preocupados com a exclusão dos afrodescendentes e pobres das universidades. Veremos, neste artigo, que foi por meio da ação de um grupo de ativistas e de várias articulações que esse programa acabou sendo implementado como uma ação afirmativa numa universidade católica reconhecida como formadora de estudantes de elite. E a principal organização da sociedade civil responsável pela elaboração da proposta foi o Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), então dirigido por Frei David.

Com o objetivo de conhecer mais de perto o processo de constituição do programa da PUC-Rio, entrevistei alguns dos protagonistas desta história¹. Desta forma, o presente artigo se propõe a mostrar, por meio dos depoimentos desses protagonistas, alguns aspectos da gênese desta política, especialmente a partir das motivações e utopias que os moveram a participar do processo de implementação de uma ação afirmativa. Desta forma, esta é uma história contada pelos seus próprios atores.

O texto está estruturado em três partes. No primeiro momento, são feitas algumas considerações teóricas acerca da atuação dos novos movimentos sociais no campo das políticas afirmativas, dando especial destaque ao PVNC, o movimento

social protagonista da política de inclusão de estudantes afrodescendentes e pobres nas universidades do Rio de Janeiro e, mais especificamente, na PUC-Rio. Num segundo momento, são apresentados determinados aspectos do programa desenvolvido na PUC-Rio e a influência dos movimentos sociais católicos na concepção da política afirmativa dessa universidade. Por último, é apresentada parte dos depoimentos de alguns dos principais protagonistas da política da PUC-Rio, que mostram as razões que os motivaram a participar da implementação de um programa de viés deste tipo, parte dos seus sonhos e utopias.

A atuação dos “novos movimentos sociais” no processo de constituição das políticas afirmativas brasileiras

Os movimentos sociais passaram a ser chamados de “novos movimentos sociais” tendo em vista as formas originais de se organizar, articular e manifestarem-se. Essas novas configurações nasceram e se entrecruzaram de forma dinâmica, especialmente ao longo das três últimas décadas do século XX, mas foi principalmente na década de 1980 que houve uma efervescência dos novos movimentos sociais no Brasil, principalmente no período de transição democrática.

Segundo Scherer-Warren, foi durante o regime autoritário que surgiu um espaço em que antigos grupos de pressão passaram a se organizar

em novos moldes, como, por exemplo, o novo sindicalismo e novas associações de bairro, e novos grupos surgiram como forças políticas no seio da sociedade civil, com especial destaque para as Comunidades Eclesiais de Base e agrupamentos de pressão por elas influenciados, como os movimentos feministas, ecológicos, étnicos dentre outros. (Scherer-Warren, 2005, p. 52)

Os “novos movimentos sociais”, durante as décadas de 1980 e 1990, trouxeram para o cenário político brasileiro novos atores, antigas demandas e questões inéditas, que alteraram especialmente a dinâmica política do país. Nesse novo contexto começaram a se organizar grupos sociais com identidades definidas – por raça, sexo, etnia, entre outros –, que exigiam seus direitos culturais e coletivos. Era uma nova forma de pensar direito e cidadania.

A exclusão política, econômica e cultural sempre esteve presente na história do Brasil, mas se acentuou no período da ditadura militar (1964-1985). Para Ilse Scherer-Warren, essa “tripla-exclusão” estava no bojo dos novos movimentos sociais. A luta contra a condição de exclusão e carência se mantinha, e o que passou a ser distinto foi a maneira como essa carência passou a ser vista: como um direito.. Com relação a esta questão, Eunice Durham (1984, p. 29) faz a seguinte afirmação: “a transformação de necessidade e carências em direitos, que se opera dentro dos movimentos sociais, pode ser vista como um amplo processo de revisão e redefinição do espaço da cidadania”. Ao concordarem com Durham

em relação à atuação dos novos movimentos sociais, Paoli e Telles (2000) afirmam que o que estava sendo difundido era uma nova perspectiva política: a “consciência do direito a ter direitos”.

Essa nova consciência, que transformava a carência em uma perspectiva de direito, era inovadora. A nova postura dos movimentos sociais passou a ser a de construção coletiva de um conjunto de direitos, ou seja, de uma nova cidadania.

Com relação à nova concepção que emergia do “direito a ter direitos”, Evelina Dagnino (2000, p. 82) faz a seguinte ressalva:

Os movimentos populares urbanos perceberam que não tinham que lutar apenas por seus direitos sociais – moradia, saúde, educação – mas pelo próprio direito a ter direitos. Como parte da ordenação social autoritária, hierárquica da sociedade brasileira, ser pobre significa não apenas privação econômica e material, mas também ser submetido a regras culturais que implicam uma completa falta de reconhecimento das pessoas pobres como sujeitos, como portadores de direitos.

Começou, assim, a se efetivar uma conexão entre cultura e política no interior dos movimentos populares urbanos². Não bastava mais que as reivindicações fossem dirigidas exclusivamente para melhorias materiais; era necessário também atuar no campo da “cultura dos direitos”.

Essa consciência significou a ampliação da concepção de cidadania que estava restrita aos direitos civis e políticos, voltados para a liberdade e, aos direitos sociais, dirigidos para a igualdade. Entretanto, esse novo momento político iria requerer a inclusão dos direitos culturais e coletivos, dirigidos para questões de identidade como condição indispensável para a consolidação de uma cidadania plena. Quer dizer, a luta dos movimentos sociais pelos direitos civis, políticos e sociais passava a ser acrescida de direitos culturais e coletivos.

Segundo Gohn (2004), surgiu, então, uma nova demanda relativa aos direitos sociais modernos. Saiu-se de um olhar exclusivamente voltado para os direitos sociais tradicionais, que eram demandas de bens e serviços, capazes de responder pelas necessidades elementares das pessoas, para uma nova perspectiva dos direitos sociais, estes mais preocupados com a questão das desigualdades étnicas, de gênero e de sexo.

Sendo assim, os novos movimentos trouxeram para o cenário político novos atores, outras questões e “novos cenários sociopolíticos”. Os novos atores compunham grupos sociais que, além de exigir bens materiais, também demandavam direitos relativos ao reconhecimento de exclusão ou invisibilidade de questões raciais, de gênero, sexualidade e etnia, que produzem desigualdades que são moldadas por práticas culturais e sociais. Segundo Paoli e Telles (2000, p. 108), esses pontos passam a compor

uma agenda pública de debates, projetando na esfera política visões ampliadas de direitos e cidadania que incorporam as exigências de equidade e justiça nas dimensões societárias e culturais que afetam identidades, existência e formas de vida,

um período em que novas demandas e novas questões foram postas, e também um novo cenário sociopolítico emergiu.

Além do mais, esses movimentos sociais fortaleceram uma perspectiva inovadora: a defesa dos direitos coletivos e culturais. A luta pelo direito dos grupos em situação de exclusão e subordinação se ampliou e se fortaleceu nas diversas esferas políticas.

Foi nesse novo cenário que nasceu o Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), um movimento social voltado para a educação popular, que se tornou a principal referência no campo das políticas afirmativas direcionadas para a educação superior. Entre tantos movimentos sociais, o PVNC é uma importante representação dos “novos movimentos sociais”, porque traz na sua constituição a originalidade dessas organizações, que privilegiavam, nas suas ações, dois aspectos: a consciência dos cidadãos, pobres e negros, do direito a ter direito, e uma busca pela efetivação dos direitos, neste caso, a inclusão universitária.

O Pré-Vestibular de Negros e Carentes – um movimento social voltado para a educação popular

O primeiro núcleo do Pré-Vestibular para Negros e Carentes nasceu na Baixada Fluminense, no ano de 1993. De acordo com o *site* do PVNC, no ano de 1993 foi “lançada a semente” para a constituição dessa nova organização de educação popular, mas foi em 1994 que o PVNC começou a se constituir como movimento social, tendo como foco central de reivindicação a luta pela democratização da educação e contra a discriminação racial.

A força da proposta já podia ser vista na primeira turma: dos 50 alunos, sete foram aprovados – uma aluna para a UFF, de Niterói; um para UFF, da Baixada; um para a UERJ e quatro para a PUC-Rio.

Para Vera Candau (2000, p. 99),

os cursos pré-vestibulares surgiram a partir das carências do Ensino Médio, com o intuito de possibilitar seus alunos a compreender melhor o que era cobrado em termos de conteúdo pelos vestibulares anteriores [...]. Visando romper essa lógica, onde só os que tinham condições financeiras faziam esses cursos e tinham mais chance de ingressar na universidade, começaram a surgir – a partir dos trabalhos de ONGs, associações, pastorais e outras instituições – os chamados cursos pré-vestibulares alternativos, economicamente acessíveis e

com a proposta dirigida às classes populares de democratizar o acesso ao ensino universitário a todos aqueles que se dispusessem a nele ingressar independente de sua condição financeira.

O PVNC é uma iniciativa que nasceu da parceria entre grupos religiosos católicos e não católicos, e da participação de militantes vinculados a outras organizações sociais. O que possibilitou a articulação entre esses diversos grupos foi a luta por uma causa única, pautada, preferencialmente, pela igualdade social e racial no campo da educação. As influências eram diversas, mas a maior referência era a Pastoral do Negro, da Igreja Católica. Segundo Alexandre do Nascimento, em seu artigo “Universidade e cidadania” (2007, p. 4), a proposta de criação do PVNC “nasceu na Igreja Católica, a partir das reflexões sobre a educação e o negro, realizadas entre 1989 e 1992, na Pastoral do Negro de São Paulo”. Não se pode deixar de ressaltar que a primeira experiência concreta de concessão de bolsas de estudo para estudantes negros ocorreu na PUC de São Paulo, quando foram destinadas duzentas bolsas para estudantes atuantes no movimento negro, uma experiência que não teve continuidade, mas foi uma importante inspiração na formação do PVNC.

A primeira experiência do PVNC (1993) foi conduzida por três militantes não vinculados a grupos religiosos e por Frei David OFM, de formação franciscana³. Foi uma proposta que, já na fase inicial, se dividia em duas perspectivas ideológicas distintas: uma organização baseada na autogestão, que possibilitava a disseminação da ideia de forma mais rápida, e a outra perspectiva se pautava na construção de um aparato no formato de ONG. A partir dessas concepções antagônicas, surgiram grandes divergências entre os membros do próprio movimento. Entretanto, ocorreu uma primeira vitória da proposta eclesial, como salienta Renato Emerson dos Santos (2003).

O ano de 1994 mostrou o crescimento da organização do PVNC, tanto em atividades internas concernentes aos “prés”, quanto no estabelecimento de novas parcerias e ampliação de contatos. A expansão do movimento e a constituição de novas parcerias se deram por meio da própria estratégia de trabalho, chamado por Renato Emerson (2003) de “formato eclesial”, método de ação utilizado pelo PVNC. O “formato eclesial” foi a forma de trabalho escolhida pelo grupo então hegemônico, liderado por Frei David, baseado nos preceitos da autogestão, “modelo utilizado pela Igreja Católica em suas ações sociais” (Santos, 2003, p. 131), que privilegiava a ação em rede. Desta forma, a organização do PVNC, ao buscar sua expansão, amplia suas articulações com outras instituições, principalmente com as organizações da Igreja Católica.

Baseando sua ação no modelo católico de rede, o PVNC se expandiu e se consolidou, sobretudo por intermédio de dois campos de atuação:

- *nos espaços físicos cedidos pelas igrejas, para a formação de novos núcleos de pré-vestibulares.* O “grupo eclesial” fez importantes articulações com outras organizações religiosas, o que possibilitou a ampliação dos núcleos e o

fortalecimento de uma rede de contatos institucionais com capacidade de cessão de espaços. Ficou, assim, impressa “fortemente sua marca ao conjunto: dos seis núcleos que começaram a funcionar já no início de 1994, cinco utilizavam espaços de igrejas ou colégios religiosos, com apoio de lideranças eclesiais [...], o que ampliava o leque de organizações envolvidas” (Santos, p. 132); e

- *estabelecendo parceria com a PUC-Rio, que passou a garantir a inserção dos alunos oriundos do PVNC aprovados no vestibular.* Esta parceria contribuiu para a ampliação do movimento, ao garantir a concessão de bolsas de estudo integrais. Nasceu daí uma política de ação afirmativa pioneira no campo da educação superior. É importante ressaltar que um dos pontos que favoreceu a consolidação de uma parceria entre PVNC e a PUC-Rio foi a semelhança das propostas de instituições afins.

A nova parceria que se estabeleceu (PUC-Rio e PVNC) demarcou, então, o início do processo de materialização dessa proposta na PUC-Rio, que se constituiu e foi legitimada por membros da própria Igreja Católica. Ela surgiu como uma resposta aos movimentos sociais, mais especialmente daqueles vinculados à Igreja Católica.

A influência dos movimentos sociais católicos na concepção da política afirmativa da PUC-Rio

O PVNC foi um movimento catalisador das ideias e propostas de vários outros movimentos sociais – vinculados à causa negra e, principalmente, ligados à Igreja Católica –, que lutavam pela inclusão de determinados grupos sociais nas universidades. Quando perguntado sobre a gênese do PVNC, Frei David faz o seguinte registro:

A intuição nasce em 1986, a intuição ganha corpo em 1988, quando foi comemorado o centenário da Lei Áurea, quando a Igreja Católica do Brasil assumiu para refletir o tema da fraternidade e o negro. A intuição ganhou corpo em 1988 e se transformou em pré-vestibular em 1991. A decisão foi em 1991, a organização em 1992, e o início da execução em 1993.

Embora não seja objeto deste texto analisar a gênese do PVNC, é importante fazer referência a alguns elementos desta história, tendo em vista a contribuição das organizações da sociedade civil na formação do PVNC, que conseqüentemente, influíram na história do programa de bolsas de estudo da PUC-Rio.

Geralmente, uma nova política se forma a partir da atuação de diversos atores e instituições. No caso da PUC-Rio, não foi diferente, pois houve um intenso trabalho desenvolvido por padres e leigos em prol da inserção de grupos minoritários nas

universidades, ainda anterior ao próprio PVNC. A atuação desses militantes é tão importante que, segundo Frei David, a verdadeira origem da proposta afirmativa implementada na PUC-Rio é mesmo anterior à constituição do PVNC. Ela nasceu a partir da ação de grupos católicos, principalmente da Pastoral do Negro e da CRB (Conferência dos Religiosos do Brasil) do Rio de Janeiro. Como ele afirma em sua entrevista:

O nascer [do projeto] foi um grupo de pessoas: foi a Pastoral do Negro, da Igreja Católica, a grande gestora dessa possibilidade. Foi também a comissão de religiosos e seminaristas e padres negros da CRB, do Rio de Janeiro, [...] porque os religiosos foram os principais protagonistas nesse trabalho inicialmente: [...] Imã Luciana, Sérgio Marques, William e vários outros religiosos, Regina, Imã Rita. Havia muitos religiosos no início.

Agentes de Pastoral Negros (APN) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) merecem destaque⁴. As CEBs e as APNs eram grupos constituídos por sacerdotes e leigos, preocupados com a realidade dos “mais pobres” e, especificamente no caso da Pastoral do Negro, com a realidade do “povo negro”. Foram bastante atuantes nas décadas de 1970 e 1980. Entre tantos participantes, estava Frei David e outras pessoas, algumas citadas acima, que foram fundamentais para o nascimento do projeto.

Segundo Geraldo Rocha (1998), as APNs nasceram influenciadas pela Teologia Latinoamericana da Libertação e marcadas por três características básicas:

- a) como “questão de fundo” estava a pergunta: “como ser cristão num mundo de miseráveis?” Esta demanda estimulava o confronto das ideias de fé e das injustiças feitas aos pobres;
- b) essa nova inquietação estava associada à valorização da experiência comunitária, uma ação contextualizada, voltada para o processo de libertação do “povo oprimido”; e
- c) o compromisso com os empobrecidos.

Mas o que é relevante e inovador nesse novo contexto é a própria proposta teológica, que foi dirigida à causa negra: um novo olhar que começou a se fortalecer dentro da Igreja e nas comunidades de base. Como define bem o autor, essa perspectiva nasceu a partir do seguinte contexto: “a descoberta da negritude vai fazer com que os Agentes de Pastoral Negros redimensionem as suas lutas no contexto dos empobrecidos. Não são mais, simplesmente, pobres, mas são pobres-negros, mais pobres dentre os pobres” (Rocha, 1998, p. 132).

Nas décadas de 70 e 80, a estrutura da Igreja Católica sofreu grandes alterações, principalmente a partir de novas orientações religiosas. Segundo Solange Andrade, as mudanças que a Igreja Católica começou a sofrer surgiram a partir da influência do Concílio Vaticano II (1962-1965) e das Conferências Episcopais de Medellín (1968) e

Puebla (1979). A Igreja Católica latino-americana assumiu uma nova direção que,

primeiro em Medellín e, depois, em Puebla, inspirada no Concílio Vaticano II, fez sua *Opção pelo Pobre*, o que ocorreu por volta da década de 1970, quando alguns membros do clero acabaram se envolvendo na luta pelos direitos humanos, pelo direito à terra, enfim, tudo o que estivesse ligado ao homem marginalizado. (Andrade, 2006, p. 5)

É uma nova visão do papel da Igreja e de uma prática cristã, que significou uma mudança de orientação para ser católico no mundo.

Outra importante referência, também citada por Frei David, foi a Campanha da Fraternidade de 1988⁵:

Como é que nasceu este programa: em 1986, quando começamos a discutir a questão do negro na Igreja e na sociedade, é que começamos a lutar para que a Igreja Católica assumisse como Campanha da Fraternidade de 1988 o tema “A Fraternidade e o Negro”. Naquele ano discutimos muito sobre a exclusão do negro nas universidades, e um item desta exclusão discutida por nós foi a exclusão do negro das universidades católicas.

Sendo assim, pode-se observar que a ideia do pré-vestibular nasceu influenciada pela organização católica, principalmente dos grupos que defendiam uma “fé libertadora” e comprometida com a transformação da situação de exclusão vivida pelo “povo negro-pobre”. A formação do PVNC estaria diretamente ligada a estes dois aspectos: a nova política da Igreja Católica e a consciência da desigualdade racial, uma vez que a concepção do PVNC nasceu sob a influência de organizações católicas preocupadas com a questão racial.

O PVNC atua, até hoje, de forma política numa perspectiva de garantia do direito à educação superior. O grupo se ampliou e sua rede já atinge diversos locais do Rio de Janeiro, totalizando, no ano de 2009, 21 núcleos, que atuam na inclusão de jovens das classes populares nas universidades.

Outra importante referência como organização de pré-vestibulares populares é a Educafro, Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes, nascida de uma dissidência do PVNC. Os conflitos internos do PVNC, provocados por divergência com relação à direção política e pedagógica que estava sendo tomada, chegou a provocar a divisão do grupo da direção. Com a crise instaurada, Frei David se afastou e organizou uma nova rede de curso de pré-vestibulares para negros e carentes.

Conforme o *site* oficial da organização, a Educafro é uma obra social responsável por uma rede de cursos pré-vestibulares comunitários que abrange o Rio de Janeiro e São Paulo e que tem como objetivo lutar por políticas públicas e ações afirmativas voltadas

para negros e carentes. Seu principal responsável é Frei David Raimundo dos Santos. A Educafro totalizou, no ano de 2007, 260 núcleos e tem cerca de 13 mil alunos.

Além das experiências citadas anteriormente, temos, hoje, um grande número de cursos já consolidados, conhecidos como pré-vestibulares “populares” ou “comunitários”, voltados para estudantes das classes populares. Os cursos voltados para a preparação de jovens oriundos de classe popular ou com um corte racial para as universidades foram se ampliando ao longo da década de 90 e continuam a se expandir.

Entretanto, hoje em dia, muitos “prés” vêm se desvinculando dos fundamentos originais estabelecidos pelos primeiros grupos, o que contribui para que haja uma efetiva desarticulação entre os grupos e participantes. Emerson dos Santos reafirma esse problema, especialmente com relação à negação do protagonismo da questão racial, um elemento simbólico dos pré-vestibulares populares e, também, uma das principais referências na constituição dos PVNCs. Isto se deu devido à luta de posições internas do próprio PVNC, conflitos que foram responsáveis pela perda da dimensão política e da problemática racial em um grande número de núcleos. Como ele mesmo relata, “tal percurso é patente nas trajetórias de diversos núcleos, que, quando se desvencilham da rede PVNC, passam a negar a questão racial como uma das bandeiras fundantes do curso” (Santos, 2003, p. 150).

O projeto inicial, baseado numa perspectiva da formação de um aluno-militante, vem sofrendo vários desgastes. Entretanto, isso não tem significado o término de uma proposta, mas retrata uma nova conjuntura, que, mesmo sofrendo alterações, ainda é capaz de aglutinar um grande número de alunos e lutar pela inclusão, nas universidades, de determinados grupos sociais que vivenciam situações de exploração, discriminação e dominação. A expansão dos pré-vestibulares populares e suas inúmeras propostas de ação não retiram o valor do trabalho dessas organizações, mas torna mais complexa a compreensão desses cursos.

A implementação da política afirmativa na PUC-Rio – alguns protagonistas e suas motivações

O programa de ação afirmativa da PUC-Rio teve início, com a firmação de uma parceria, especificamente, a partir da atuação do PVNC. A parceria uniu dois espaços sociais distintos: de um lado, uma instituição de ensino, a PUC-Rio, e, do outro, um movimento social que reivindicava demandas específicas de acesso ao Ensino Superior. Estas foram duas intenções que, ao se unirem, se transformaram em um projeto social, voltado, exclusivamente, para a inserção de dois grupos historicamente excluídos do Ensino Superior: o aluno pobre e o aluno negro. Isso é confirmado pelo Padre Reitor, que, quando perguntado sobre o início do programa, fez o seguinte registro: “O programa [da PUC] tem quase 12 anos. [...] Surgiu propriamente desta iniciativa dos vestibulares para negros e carentes”.

A parceria entre o PVNC e a PUC-Rio foi efetivada, mas quem a implementou?

Este é outro momento importante da gênese da política afirmativa da PUC-Rio, quando novos atores passaram a fazer parte do processo de consolidação do programa dentro da Universidade, aqui chamados de implementadores.

Havia um número significativo de pessoas preocupadas e interessadas no programa, mas alguns sujeitos foram referências no seu processo de implementação e consolidação:

a) Padre Jesus Hortal Sánchez, S.J., reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, cujo reitorado teve início em 1995. Tem uma reconhecida atuação no campo do diálogo interreligioso;

b) Professora Luiza Helena Nunes Ermel, assistente social. Começou a lecionar na PUC-Rio em 1978, no Departamento de Serviço Social, sendo sua trajetória acadêmica atravessada pela militância política;

c) Frei David, OFM. Começou sua vida religiosa franciscana em 1976, quando também iniciou sua preocupação com a questão racial. Sua vida religiosa se combinou com uma prática militante; e

d) Augusto Sampaio, professor da PUC há 38 anos, 13 dos quais como Vice-Reitor Comunitário. Tem sua atuação reconhecida pelo forte ativismo em defesa das causas sociais.

As falas dos entrevistados mostraram o protagonismo destes sujeitos no processo de implementação e consolidação do programa desenvolvido na PUC-Rio, como se pode observar nos próprios depoimentos:

Frei David: É lógico que desde o começo um ator fortíssimo foi o Departamento de Serviço Social, através da Luiza Helena. Foi fortíssimo e decisivo, pois ela iria dinamizar o departamento e ela teve a capacidade profética de ver, em uma parceria com este projeto, um instrumento fantástico de dar dinamismo, vida, nova luz ao Serviço Social do Brasil [a respeito de Luiza Helena].

Luiza Helena: Augusto foi uma pessoa. Ele não idealizou, ele acolheu e deu direções, que só ele como Vice-Reitor e conhecendo Igreja como ele conhece, só ele podia fazer isso [a respeito de Augusto Sampaio].

Augusto Sampaio: Um fator que contribuiu foi, primeiro, a Reitoria dar o sinal verde. Nada disso teria acontecido sem a anuência do Reitor [...] [a respeito de Padre Jesus Hortal Sánchez, S.J.].

Padre Jesus Hortal Sánchez, S.J.: Sim, é exatamente com o PVNC, do Frei David dos Santos, que assinamos convênio, assegurando bolsas de estudos [a respeito de Frei David].

Frei David: Na 2ª etapa do trabalho, os grandes atores foram todos os professores voluntários [...]. Teve, portanto, muita gente, muitos voluntários na coordenação e muitos voluntários como professores [a respeito dos professores voluntários]⁶.

No entanto, quando se fala da gênese de uma política, mais especificamente, no campo da atuação dos seus implementadores/elaboradores, a principal pergunta é: quais foram os motivos que levaram estes sujeitos a participarem do processo de consolidação da política de ação afirmativa da PUC-Rio?

Entre os diversos aspectos políticos, econômico-culturais e sociais que influenciaram a participação destes sujeitos no processo de implementação do programa da universidade, alguns motivos apareceram nos depoimentos de forma bastante destacada.

As motivações de Frei David

A questão racial é a base de toda sua narrativa. Um dos pontos marcantes no seu depoimento é o tema das políticas de ação afirmativa, consideradas por ele um importante instrumento de reparação⁷, cuja consequência mais visível é a desigualdade estrutural, como coloca em sua entrevista:

As cotas nas universidades equivalem a uma corrida. Imagine que você tem uma corrida. Imagine que duas pessoas vão fazer uma corrida. Para uma pessoa, você dá tudo: você dá médico, dá treinador, dá máquinas para treinar, dá boa alimentação balanceada, dá muito líquido para essa pessoa, dá tudo para essa pessoa. Para a outra pessoa, você não dá médico, não dá treinador, não dá equipamento, não dá alimentação, e ainda você amarra uma pedra na perna dela. Em seguida, você dá o tiro, dá a largada para a corrida. Quem é que vai vencer? Todos falam: “aquele que recebeu tudo”. Pois é, o sujeito que recebeu tudo é o cara da classe média, que tem escola boa... O sujeito que está aqui com a pedra é o negro que foi escravizado. Isso me fez lembrar que a luta pelas cotas foi uma luta muito sofrida. Foram 20 anos para conseguir ver as primeiras vitórias. E a perseverança, portanto, para mim, foi a grande marca da comunidade negra, por ter perseverado nessa meta, nessa garra, nessa luta.

Foi a partir da realidade desigual e injusta vivida pelos negros brasileiros que Frei David convocou diversas instituições, principalmente as católicas, para que deixassem de se omitir frente ao quadro de injustiça racial e participassem do processo de reversão dessa situação. A principal aspiração do frade, que o motivou a lutar em defesa dos negros e pela consolidação de um programa de ação afirmativa na PUC-Rio, foi o desejo de reparação: “O que me levou foi a convicção de que a exclusão do negro beirava o escândalo e que a Igreja Católica, e que todas as instituições católicas, não tinham o direito de ficar omissas”.

O argumento da reparação pautado num discurso de discriminação racial e dívida histórica originou-se nos movimentos negros e é uma das justificativas centrais para a gênese desta política. O discurso de Frei David, no qual a questão racial é destacada, remete à própria identidade do entrevistado: a de um sujeito religioso e militante da causa negra, como foi exposto anteriormente.

Essa proposta de ação pautada numa utopia libertadora simboliza a trajetória de seu trabalho como sacerdote e militante da causa social, uma luta impregnada, ideologicamente, pela perspectiva do sujeito pobre-negro, dirigida para a mudança de uma realidade de opressão e subordinação.

As motivações de Luiza Helena

Uma concepção ampliada dos direitos e da cidadania, que fundamentava o novo direcionamento que se disseminava na nova organização política do país, foi um dos principais fatores mobilizadores da participação de Luiza Helena no processo de implementação do projeto afirmativo da PUC. Sua preocupação refletia a experiência como militante e assistente social na procura de alternativas que garantissem a autonomia das classes populares.

O principal motivo alegado foi a ausência de autonomia das classes populares no campo das reivindicações sociais. Em seu depoimento, demonstrou a preocupação que tinha com o contexto político e social da década de 90, principalmente no que se referia à organização das classes populares e seus espaços legítimos de reivindicação. Segundo a professora, a população estava organizada para a luta por direitos sociais, mas não encontrava caminho para ser ouvida. Essa problemática é trazida, de forma veemente, em sua fala:

Por mais que tivesse o povo organizado na favela, [...] não existiam mecanismos políticos que transformassem aquela sua necessidade em reivindicação política e conseguir aquele serviço. Você não tinha isso. Então, essa era a situação: o povo se organizava, mas não tinha voz. [...] Primeiro, o contexto social, que eu via o povo organizado e sem voz. Era o pessoal da associação de moradores, os próprios partidos políticos. A organização política era recente por causa da ditadura. [...] Você tinha as Comunidades Eclesiais de Base, muito fortes, você tinha os movimentos de favelados. [...] E uma luta enorme para se fazer ouvir.

A sua maior utopia era poder contribuir com o processo de independência e autonomia dos grupos populares, oprimidos e silenciados. Como ela mesma diz: “o povo se organizava, mas não tinha voz”. Ou seja, a sua insatisfação era com a impossibilidade que os grupos populares tinham de participar, efetivamente, dos espaços políticos como cidadãos autônomos. Sua maior motivação era buscar novos caminhos que possibilitassem uma participação legítima e efetiva.

Para Luiza Helena, a parceria entre a PUC-Rio e o PVNC tornou possível a

concretização de sua maior aspiração: capacitar as lideranças populares para que pudessem, legitimamente, ocupar os espaços de liderança. A partir da consolidação da política afirmativa, a PUC-Rio passou a ser, então, um espaço legitimado, de capacitação desses sujeitos políticos. A formação universitária passou a ser vista como algo essencial para que os “sem voz” fossem ouvidos.

A Universidade, então, passou a ser vista como um importante espaço de capacitação dessas lideranças populares. A formação universitária daria subsídios para que esse alunado fosse o próprio intercessor junto a instituições públicas e privadas, garantindo, assim, o acesso da comunidade a órgãos de fomento e prestadores de serviço, através de seu próprio representante. Luiza Helena ainda faz uma ressalva: os “novos alunos” que viriam estudar na PUC-Rio teriam algo em comum: além de representarem a comunidade, também seriam responsáveis pela garantia dos direitos de seus próprios grupos sociais. O aluno do programa de ação afirmativa deveria ser um “sujeito político” comprometido com a transformação de sua própria realidade.

Outra preocupação apresentada por Luiza Helena foi referente à crise financeira vivida pela PUC, também na década de 90. Com a crise universitária, tornou-se urgente realizar severos ajustes na própria instituição. Uma das soluções seria o fechamento de departamentos de pequeno porte, dentre eles o Departamento de Serviço Social, que tinha um número bastante reduzido de alunos, considerado, assim, deficitário.

Pode-se extrair de seu depoimento que o fator de maior motivação para o seu engajamento no novo programa da PUC foi a possibilidade que o projeto oferecia de capacitar, profissionalmente, lideranças comunitárias e populares, preferencialmente como assistentes sociais, evitando, assim, o fechamento do Departamento de Serviço Social, uma vez que o aluno-militante escolhia, preferencialmente, fazer o vestibular e cursar Serviço Social na PUC-Rio. Esse passou a ser o novo perfil de aluno do curso de Serviço Social⁸.

A capacitação favoreceria a realização de uma ação profissional mais qualificada nas comunidades e periferias da cidade e o diploma universitário legitimaria esta ação. A diplomação dessa liderança facilitaria a materialização de projetos sociais e a ampliação de contatos, sem que fosse necessária a mediação de sujeitos externos. O que também motivou a participação de Luiza Helena foi a natureza do próprio projeto, seu caráter pioneiro e transformador, capaz de contemplar suas maiores aspirações. As motivações foram várias, mas o motor responsável pela dinâmica do processo foi o projeto em si.

As motivações de Augusto Sampaio

Considero a razão mais relevante a sua insatisfação acerca da exclusão de alunos carentes da universidade. É importante destacar que os diversos motivos presentes nas declarações de Augusto Sampaio, Vice-Reitor Comunitário da PUC-Rio, são permeados por princípios de justiça social, de preocupação com os pobres e com a desigualdade, e com o desejo de ser agente de mudança social.

Há forte influência dos valores religiosos na fala do Vice-Reitor, principalmente aqueles identificados com a Ação Católica, constituída a partir da década de 50, que foram importantes na sua formação:

A igreja tem compromisso com o pobre, acho que toda a influência da minha formação de jovem com a Teologia da Libertação. A Igreja está aqui para quê? Jesus não veio ao mundo como Príncipe, ele veio como carpinteiro, como filho de carpinteiro. A PUC tem que justificar esse título de Universidade Católica.

A Ação Católica foi um movimento que influenciou e promoveu mudanças no agir e no pensar do indivíduo cristão, que deixou de ser um membro passivo na fé e passou a ter compromisso com a transformação de questões sociais injustas. Segundo Ângela Paiva (2003), nessa nova perspectiva católica, o cristão deve ser um sujeito inserido no mundo e preocupado com questões relativas à justiça social. A “ideia de justiça social que vai levar esse cristão a ser solidário, é que vai levá-lo a uma participação social muito mais intensa” (p. 196). É o que reforça Augusto Sampaio:

Me incomoda muito a PUC que só é a PUC da balada, que é vista como a universidade onde se forma a fina-flor da sociedade econômica do Brasil. [...]. Eu sempre me preocupei muito com a presença. Sempre achei que a PUC deveria ter uma presença significativa de pessoas pobres aqui.

A perspectiva da ação comprometida, defendida por Augusto Sampaio, espelha sua formação acadêmica, na década de 60, como aluno de Economia da PUC-Rio, universidade que foi um local importante de articulação de estudantes, membros ou simpatizantes da proposta da Ação Católica:

Eu participei do movimento estudantil, na época do solidarismo cristão, surgido com Padre Debret, na década de 60. Havia um movimento solidarista aqui na PUC. Cheguei a participar um pouco da JUC, mas de uma maneira não muito permanente.

O que Augusto chama de solidarismo e movimento solidarista é a perspectiva de solidariedade social, identificado como principal valor do pensamento social da Igreja, que se intensificou a partir da década de 50, como analisa Ângela Paiva. Padre Ávila, entrevistado pela autora, fez a seguinte declaração sobre essa questão: “uma solidariedade bastante exigente, no sentido de que eu cresço na medida em que eu sou solidário no mundo” (2003, p. 196).

A força da Ação Católica na PUC fica evidente quando analisado o conteúdo do próprio manifesto do DCE, de 1961, que defendia uma prática católica responsável pela

transformação das “estruturas injustas que provocam uma imensa legião de excluídos”. Ainda seguindo o manifesto, a ação social sobre essas estruturas injustas passou a ser, portanto, um imperativo da conduta cristã: “a nós cabe uma obra prática de ação nesta realidade, uma transformação radical de mentalidades e estruturas” (*apud* Paiva, p. 183). A palavra de ordem era engajamento nas questões sociais e ser cristão no mundo. Essas foram as ideias que marcaram Augusto Sampaio nos seus anos de estudante da PUC:

A PUC do meu tempo se parecia com uma instituição da elite econômica do Rio de Janeiro. Então, como é que uma universidade católica não abre as portas, pelo sistema de mérito, para pessoas que não podem pagar? Sempre achei que tinha que ter uma política a mais.

O aluno procedente de grupos sociais populares tinha dificuldade em ingressar na PUC: “Um dia ele aparecia aqui, pobre, morava na favela e aí a gente dava bolsa, por ser filho de uma doméstica [...]. Poucos aspiravam a concorrer pelo vestibular e cursar a universidade”, uma situação considerada por Augusto Sampaio de extrema injustiça social. Mas foi na contradição presente entre justiça e injustiça social, e na urgência em agir na dimensão do social, que ele encontrou sua maior preocupação: como o aluno carente que quer cursar uma universidade ingressa na PUC? O que eu posso fazer enquanto Vice-Reitor Comunitário?

A possibilidade de reverter esse quadro surgiu por meio da implementação do projeto proposto por Frei David:

Então eu fiquei muito contente quando surgiu essa brecha, porque eu não sabia como fazer. Botar um outdoor na rua: “olha a PUC dá bolsa para os pobres?” [...] Quando surgiu essa brecha, nós pegamos. Que bom, não é? [...]. O que eu podia fazer para oferecer um programa de bolsa? Quando surge o trabalho de Frei David, a outra ponta surge [...]. Esse convênio que nós criamos com os pré-comunitários passou a ser uma política da instituição, anunciada pelas pessoas que trabalham com isso. Isso abriu a porta.

A partir do momento em que a parceria entre a PUC e o PVNC foi estabelecida, pode-se dizer que nasceu uma política institucional voltada para inclusão de alunos negros e pobres, um novo contexto que dá conta de suas maiores inquietações e que vai encontrar respaldo no Padre Reitor.

As motivações do Padre Jesus Hortal

A principal base de sua motivação é instituída na perspectiva católica, diretriz da própria Universidade. Fica evidente em sua fala o acoplamento de funções, ao mesmo tempo em que desenvolve atividades administrativas e religiosas. Ou seja, ele é responsável

pela gestão institucional, mas com uma administração sob a “inspiração da tradição humanístico-cristão da Igreja Católica”. A PUC-Rio tem um “caráter de universidade católica”.

O programa, para o Reitor, se justifica por ser direcionado para as classes populares, um dos compromissos da Igreja Católica e que consta do marco referencial da Universidade.

Veja que a PUC, pela sua própria natureza, por ser uma universidade que nasceu dos anseios da comunidade católica, sempre teve uma vocação inclusiva. Porque isso é o característico, eu diria, da própria Igreja Católica, do próprio objetivo católico [...]. Então, por isso, a PUC, sendo uma Universidade Católica, tinha sempre essa cocação e, por isso, emprega uma política de bolsas para alunos carentes, sempre bastante forte.

O programa é considerado um caminho viável para inclusão de estudantes oriundos de classes populares na PUC-Rio. Nas palavras de Padre Hortal: “Realmente, como nós tínhamos o programa de bolsas, sempre tentamos ajudar as pessoas carentes”. Porém, a Universidade tinha dificuldade para atrair esse perfil de alunado devido a várias barreiras, como a localização da universidade, o preço das mensalidades, o aluno habitual, entre outros aspectos. Desta forma, a parceria entre a PUC-Rio e o PVNC favoreceu a concretização da missão universitária.

Entretanto, a preocupação do Padre Reitor não se deu apenas com relação à inclusão de estudantes carentes na universidade, mas, também, com a formação que estava sendo oferecida aos alunos “tradicionais” da PUC. Como afirma o Padre Reitor:

Tudo isso é claro que me entusiasmou, porque também havia outro aspecto que não é só olhar para estes alunos, mas era também olhar para os alunos que eram tradicionais da PUC, que viviam uma realidade social um tanto artificial. Não era a realidade social da cidade do Rio de Janeiro. Era necessário que entrassem em contato também com populações diferentes daquelas do seu entorno familiar, e por isso me alegrou muito ver essa presença maciça de alunos carentes provenientes dessas outras comunidades.

Mais uma vez, aparece aqui a missão universitária da PUC-Rio, que se propõe a formar profissionais que estejam

inseridos na realidade brasileira e formados para colocar a ciência e a técnica sempre a serviço do homem, colaborando através dos conhecimentos adquiridos na Universidade para a construção de um mundo melhor, de acordo com as exigências da justiça e do amor cristão⁹.

Isto é, logo que assume o Reitorado da PUC-Rio, Padre Hortal se defronta com o seguinte problema: como abraçar a missão universitária, no sentido da formação de futuros profissionais inseridos na realidade brasileira e preocupados com a construção de um mundo melhor, se os estudantes desta Universidade são, em sua quase totalidade, oriundos da mesma classe social e raça? Como fazer isso se esses alunos não vivenciam uma realidade mais ampliada? Como resolver esse problema?

A implementação deste programa contribuiu para concretização de suas aspirações, colaborando na solidificação de uma universidade mais plural, real e justa, com ele mesmo enfatiza: “A principal conquista foi a presença de um grupo forte de alunos provenientes de comunidades carentes, com características sóciofamiliares bem diferentes do que era tradicional da PUC”.

Pode-se extrair, destas colocações, a importância, vista pelo Padre Jesus Hortal, da troca de vivências entre alunos de estratos sociais diversos, para que houvesse uma formação integral do estudante universitário, pois não se pode graduar um profissional comprometido com a sociedade que seja formado “dentro de uma ilha”.

Assim, o argumento da diversidade aparece intensamente no depoimento de Padre Hortal. Ele reafirma seu valor e narra seu encontro com ex-alunos da Universidade, que aprovam essa política, também a partir da justificativa da diversidade:

Eu tenho recebido manifestações de antigos alunos, de gente de gerações passadas que, às vezes, chegam para mim e dizem quando encontro com eles: “Estive na PUC, mas a PUC está muito mudada, não é a PUC do meu tempo. É bem diferente o que eu vivi lá, que coisa boa, alunos de todos os tipos”.

E, assim, reafirma:

E eu digo: “Exatamente, é isto que nós queremos: alunos de todos os tipos”. Inclusão não é como dizia antes: dar algo a alguns. Não. É que eles se sintam em casa, que eles estejam realmente aqui participando da vida universitária. E isso me dá satisfação. Quando me encontro com eles, quando vêm as comissões falar comigo, eu não distingo se é de uma ou outra procedência; são alunos e são, realmente, gente que está formando. A Universidade está cumprindo a sua função, de formação da pessoa humana. Pessoa humana, simplesmente isso.

A justificação contumaz do Reitor, em defesa de uma Universidade Católica mais diversa, se origina também de sua atividade como representante da CNBB, na área de ecumenismo e do diálogo interreligioso, uma ação voltada para promoção do diálogo e o respeito às diferenças.

Pode-se dizer que, portanto, o principal argumento apresentado por Padre Hortal como sendo o motivo responsável por sua adesão à política implementada na PUC-Rio é

o da justiça social. Um segundo motivo, bastante importante, é a questão da diversidade. A preocupação do Reitor é com a inclusão social, mas uma inclusão que possibilite a diversidade. A perspectiva de uma comunidade em que as diferentes classes sociais, raça, religiões e etnias se cruzam tem empolgado o reitor da Universidade: “Isto me parece que é a principal conquista. Porque isso dá à Universidade uma cara muito mais condizente com a sociedade brasileira, com a sociedade do Rio de Janeiro. Então isso a mim me deu muita satisfação [...]”.

Considerações finais

A gênese do programa de bolsa de ação social da PUC-Rio é marcada pela participação de diversos atores que tinham uma proposta única. O programa nasceu de uma mescla de intenções que foram se aglutinando, mas que tinha em comum um objetivo específico: contribuir para a consolidação de uma sociedade mais inclusiva, com a mitigação de situações sociais desiguais. As trajetórias foram distintas, mas o que os uniu em uma mesma proposta foi uma perspectiva de luta pela inclusão; ao se cruzarem, transformaram-se em política universitária, tomando o contorno de um programa de bolsa ação social. Desta forma, o programa nasceu de uma ação conjunta de pessoas da Universidade, de outras instituições sociais, especialmente do PVNC, implementadores e gestores que foram os principais protagonistas desta história.

Quando perguntados sobre as razões que os/as levaram a participar deste programa, as respostas foram as seguintes: Augusto Sampaio via a possibilidade de promover a *inclusão* de alunos carentes na PUC-Rio; para o Padre Reitor, essa proposta obedecia à missão de uma Universidade Católica com sua *vocação inclusiva*; para a Professora Luiza Helena, este era um programa de *inclusão social* capaz de dar voz às classes populares; para Frei David, este era um projeto capaz de *incluir* alunos negros e pobres nos bancos universitários. Os argumentos apresentados pelos implementadores foram o de reparação e diversidade e, de forma mais contundente, justiça social, que embasa a intenção comum dos protagonistas de uma proposta de inclusão social.

Os alunos do programa ação social da PUC-Rio também foram, e continuam sendo, os personagens principais desta história, primeiramente por serem seus próprios beneficiários e, segundo, por serem a sustentação do programa, uma vez que, sem eles, o projeto não aconteceria.

Com relação à manutenção do programa propriamente dito, deve-se ainda enfatizar a capacidade de resistência desses alunos frente a situações pouco favoráveis: por serem os primeiros que chegaram como resultado de uma política sistemática de inclusão, eles tiveram que enfrentar a própria dinâmica institucional, que estava habituada a um determinado público homogêneo e que trazia pouca diversidade dentre o alunado. Mas, a partir de um programa afirmativo, a Universidade passa a ter, no cotidiano, outro grupo social que não fazia parte daquele contexto. A ação afirmativa inseriu um grupo que era diferente, desconhecido e recusado num determinado espaço social, provocando uma

reestruturação, e mesmo desestabilização das relações habituais, caracterizando uma política de ação afirmativa efetiva.

O programa foi influenciado por uma concepção religiosa baseada numa “opção preferencial pelo pobre” e comprometida com a transformação da situação de exclusão vivida pelo “povo negro pobre” e pelas demandas dos novos movimentos sociais que defendiam os direitos coletivos e culturais, duas concepções que emergiram junto com o desejo de redemocratização do país. Por isto, essa política não se originou na Universidade ou da Universidade; ela nasceu de uma “conjunção fortuita” de intenções, utopias e em uma determinada conjuntura política bastante favorável para sua consolidação.

Notas:

- ¹. As entrevistas foram realizadas no ano de 2006.
- ². Alvarez, Dagnino e Escobar (2000, p. 25) chamam esta conexão entre política e cultura de “política cultural”. Segundo os pesquisadores, há um laço constitutivo entre política e cultura. Neste caso, “a cultura é política porque os significados são constitutivos dos processos que, implícita ou explicitamente, buscam redefinir o poder social. Isto é, quando apresentam concepções alternativas de mulher, natureza, raça, economia, democracia ou cidadania, que desestabilizam os significados culturais dominantes, os movimentos põem em ação uma política cultural”.
- ³. Segundo Renato Emerson dos Santos (2003, p. 131), “a equipe do primeiro núcleo contava com quatro coordenadores e dez professores. Dentre esses militantes não ligados a grupos religiosos, três se juntaram ao Frei David para constituir a coordenação do primeiro núcleo: Alexandre do Nascimento, Luciano de Santana Dias e Antônio Dourado”.
- ⁴. Os Agentes de Pastoral Negros (APNs) foi um grupo que se fortaleceu no contexto dos movimentos sociais, apoiados na ação pastoral da Igreja, principalmente, nas Comunidades Eclesiais de Base. “Os grupos negros ressurgiram na Igreja a partir desta tomada de consciência de pessoas participantes nas CEBs” (Rocha, 1998, p. 69).
- ⁵. Segundo Frei David (2007), foi em 1988, que a CNBB, “após muita pressão da comunidade negra católica, assume, como tema da Campanha da Fraternidade, ‘A Fraternidade e o Negro’. Foi o resultado da mobilização dos grupos de pastorais de base. Essa iniciativa projetou o trabalho das(os) APNs/Agentes de Pastoral Negros, que conquistaram espaços para reflexão sobre a condição socioeconômica de homens e mulheres negros, além de despertar a Igreja à participação enquanto agente de promoção de trabalhos que respeitam a diversidade e valorizam a pluralidade cultural e étnica”.
- ⁶. Frei David e Augusto Sampaio também falam sobre a importância do papel desempenhado por professores e coordenadores voluntários dos pré-vestibulares no processo de consolidação da política na PUC-Rio. Considero que a participação desses atores foi fundamental para a consolidação do projeto e para a criação das redes.
- ⁷. Segundo Feres Junior (2006, p. 55), a reparação é “um argumento de grande apelo moral que justifica medidas compensatórias tanto para descendentes de africanos, os quais foram trazidos para este país à força e escravizados, como para indígenas e seus descendentes, que foram em grande parte dizimados ou, às vezes, escravizados”.
- ⁸. Na fase inicial do convênio, os alunos se matriculavam, na sua maioria, no curso de Serviço Social, segundo depoimento de Augusto Sampaio: “Eu acho que o Departamento de Serviço Social foi quem abriu a primeira grande porta. E depois o programa foi ampliando, ampliando... [...]. Olha, eu acho que, numa primeira etapa, ele é um programa do Serviço Social. Eu diria que eram alunos que vinham fazer vestibular para Serviço Social”.
- ⁹. Fonte: <http://www.puc-rio.br/sobrepuc/historia/index.html>. Acesso em: 10/04/2008.

Referências Bibliográficas

- ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos – novas leituras**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- ANDRADE, S. O catolicismo popular no Brasil: notas sobre um campo de estudos. **Espaço Acadêmico**, Ano VI, nº 67, 2006.
- CANDAU, V. Universidade e diversidade cultural: alguns desafios a partir da experiência da PUC - Rio. *In*: PAIVA, A. (Org.). **Ação afirmativa na universidade: reflexão sobre experiências concretas**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2004.
- CANDAU, V. M. **Universidade, diversidade cultural e formação de professores**. Rio de Janeiro: PUC-Rio/CNPq, 2003.
- _____. (Org.). **Sociedade, educação e cultura(s): questões e propostas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- _____. **Multiculturalismo e direitos humanos**. Rio de Janeiro: PUC/Novamerica, 2001.
- _____. **Educação intercultural e cotidiano escolar: construindo caminhos**. Rio de Janeiro: PUC-Rio/CNPq, 2000. Vol. 2.
- DAGNINO, E. Cultura, cidadania e democracia - A transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. *In*: ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- DURHAM, E. R. Movimentos sociais: a construção da cidadania. **Novos Estudos CEBRAP**, vol. 2, nº 10, 1984.
- FERES JUNIOR, J. Aspectos normativos e legais das políticas de ação afirmativa. *In*: FERES JUNIOR, J.; ZONINSEIN, J. (Orgs.). **Ação afirmativa e universidade – experiências nacionais comparadas**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2006.
- GOHN, M. da G. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 2001.
- NASCIMENTO, A. do. **Movimento PVNC – Pré-Vestibular para Negros e Carentes: Histórico**. Disponível em: <http://alex.nasc.sites.uol.com.br/PVNC/historicopvnc.htm>. Acesso em: 24 de junho de 2005.
- _____. **Universidade e cidadania – O movimento dos cursos pré-vestibulares populares**, 2005. Disponível em: http://alex.nasc.sites.uol.com.br/textos/texto_lugarcomum17.htm. Acesso em: 11 de outubro de 2007.
- _____. **Movimentos sociais, ações afirmativas e universalização dos direitos**, 2005. Disponível em: http://alex.nasc.sites.uol.com.br/textos/texto_lugarcomum19.htm. Acesso em: 11 de outubro de 2007.
- PAIVA, A. R. Direitos, desigualdade e acesso à universidade. Trabalho apresentado no 30º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, 2006.
- _____. **Católico, protestante, cidadão**. Belo Horizonte: Ed. FMG, 2003.

- _____. (Org.). **Ação afirmativa na Universidade: reflexão sobre experiências concretas Brasil-Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Editora PUC, 2004.
- PAOLI, M. C.; TELLES, V. da S. Direitos sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. *In*: ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- ROCHA, J. G. da. **Teologia & negritude**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1998.
- SANTOS, R. E. Racialidade e novas formas de ação social: o pré-vestibular para negros e carentes. *In*: SANTOS, R. E.; LOBATO, F. (Orgs.). **Ações afirmativas – políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- SANTOS, S. A. Ação afirmativa e mérito individual. *In*: SANTOS, R. E.; LOBATO, F. (Orgs.). **Ações afirmativas – políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- SANTOS, D. R. dos. Como a Igreja Católica tratou negros e negras nestes 507 anos?. Revista **Tempo e Presença Digital**, ano 2, nº 5. 2007. Disponível em: http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=102&cod_boletim=6&tipo=. Acesso em: fevereiro de 2008.
- SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Ed. Loyola, 2005.
- SOUZA, J. de. (Org.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Editora da Universidade de Brasília, 2001.